

## AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE ALFABETIZAÇÃO CONSTRUÍDAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE DOCENTES DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL PÓS BNCC

*Welessandra Aparecida Benfica<sup>1</sup>*

*Renata Paiva Gonçalves<sup>2</sup>*

*Eixo temático : 1- Alfabetização e políticas públicas*

**Resumo:** Este trabalho objetiva analisar narrativas de docentes do 1º ano do ensino fundamental de escolas públicas da região metropolitana de Belo Horizonte, percebendo como tem ocorrido a adequação curricular e das práticas de alfabetização após a implementação da BNCC. Pretende-se entender a conceituação de alfabetização e letramento, as representações sociais construídas sobre o novo objeto e os impactos da BNCC nas práticas de alfabetização. O referencial teórico foi construído a partir do texto da BNCC, e escritos de SOARES,1985; AQUINO, 2007;(et.al); WACHELKE, CAMARGO,2007; DURAN,2012; ARAÚJO, 2019; MORAIS, 2020; SOARES;2020; que discutem, a BNCC, as representações sociais, o letramento, a alfabetização e a consciência fonológica. A coleta de dados ocorreu por um formulário do *Google Forms*, respondido virtualmente (devido à pandemia da COVID-19). O trabalho permitiu concluir que as professoras alfabetizadoras participantes da pesquisa conhecem o texto da BNCC, porém algumas relatam não ser de forma satisfatória. Os conceitos de alfabetização e letramento parecem estar bem consolidados para as participantes, porém demonstram-se mesclados nas narrativas práticas. Ocorreram poucas alterações em relação à prática de alfabetização após a BNCC e as mudanças, segundo as docentes, se referem, a sistematização do planejamento ou incorporação do método fônico, além da inserção de textos do cotidiano dos estudantes nos estudos. A pandemia não viabilizou uma observação da prática das professoras, no entanto, considera-se que um contato mais profundo das alfabetizadoras com a BNCC propiciaria uma representação social mais consistente sobre o novo objeto e influenciaria mais a prática pedagógica.

**Palavras-chaves:** Alfabetização; Letramento; Representações Sociais; BNCC.

<sup>1</sup>Doutora em Educação pela UFMG. Professora da UEMG-Unidade Ibirité. - Contato: welessandra.benfica@uemg.br

<sup>2</sup> Licenciada em Pedagogia pela UEMG. Estudante de pós-graduação em Alfabetização e Letramento - Contato: renata.paivag@gmail.com

## Introdução

A realização deste trabalho parte da análise das narrativas práticas de docentes do 1º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas da região metropolitana de Belo Horizonte buscando identificar os conceitos de alfabetização e letramento incorporados por essas docentes, além de flagrar possíveis adaptações na prática pedagógica alfabetizadora a partir da construção de representações sociais após contato com o texto da BNCC.

A alfabetização, ao longo de muitos anos, foi tida como domínio das habilidades de codificar e decodificar sinais da língua. No entanto, com toda evolução social e tecnológica outras funções passaram a ser exigidas do sujeito e fez-se necessária uma ampliação do currículo escolar para abarcar as práticas sociais de leitura e escrita.

A inserção do sujeito no universo letrado amplia sua capacidade de participar de eventos sociais, culturais, religiosos e no contexto acadêmico. Freire (1987, p.13) instiga-nos a refletir que: *“com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana”*.

A escola é tida como espaço responsável por possibilitar, dentre outros aprendizados, o acesso às práticas de leitura e escrita. Isso, no entanto, não se faz sem reflexões sobre as regulamentações que regem o sistema educacional. No âmbito mais recente, temos a Base Nacional Comum Curricular, conhecida pela sigla BNCC, cuja versão final foi homologada em 2017 e orienta a elaboração dos currículos da educação básica de todas as escolas do país.

As avaliações positivas desse documento dizem sobre um direcionamento comum do currículo escolar do país e da união das três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) na garantia de atendimento às necessidades educacionais, principalmente na qualidade do processo (BRASIL, 2017). As avaliações negativas, por sua vez, se referem a inadequação da proposta curricular da BNCC às diversas realidades do país, além da falta de treinamentos e orientações aos profissionais da educação sobre o documento, fazendo com que, muitas vezes, ele assuma um caráter impositivo na prática (BRANCO et al, 2019).

Para uma atuação em consonância com o documento, faz-se necessário que as docentes construam representações sociais sobre o novo objeto, uma vez que mudanças importantes são advindas da regulamentação. Nesse sentido, a questão central que conduziu essa pesquisa foi: Quais os elementos presentes nas narrativas das professoras que evidenciam permanências ou mudanças de suas práticas pedagógicas na alfabetização?

À luz da Teoria da Representação Social (TRS) podemos compreender o modo como os sujeitos incorporam e significam teorias científicas em suas ações cotidianas. A TRS define que o sujeito enquanto ser social pertencente a um grupo, precisa ter acesso ao novo objeto e explorá-lo para só então criar uma representação sobre ele. Essa representação não acontece de forma passiva, mas precede de um processo reflexivo no qual imprimimos

vivências e experiências individuais e coletivas. (DURAN, 2012)

Uma mudança nas práticas de alfabetização precede que os docentes explorem o novo objeto (BNCC) e construam uma representação social sobre ele. Assim, novos significados se ligarão a um conceito previamente definido e só depois a prática pode ou não ser alterada. (WACHELKE, CAMARGO, 2007).

Pensando nisso, foi enviado um questionário semiestruturado via *Google Forms* e obtidas respostas de 07 professoras (100% do sexo feminino) que atuavam com alfabetização antes da BNCC e continuaram atuando após a homologação do documento. As docentes trabalham em escolas públicas municipais ou estaduais da região metropolitana de Belo Horizonte e suas identidades foram preservadas neste trabalho. As perguntas foram divididas em três categorias: a conceituação de alfabetização e letramento, o contato das docentes com o texto da BNCC e possíveis alterações em suas práticas de alfabetização. As respostas foram analisadas por meio de dados quantitativos ou pela discussão em torno de palavras chaves comuns (qualitativos).

## 2 Fundamentação teórica

Ao pensar sobre as metodologias envolvidas no processo de alfabetização é preciso considerar a conceituação que a docente carrega deste termo. Conforme definição apresentada por Soares (1985, p.20), temos que “*o termo alfabetização traz como significado “levar à aquisição do alfabeto”, ou seja, ensinar o código da língua escrita*”. Porém ao longo do tempo foi necessária uma ampliação dessa conceituação para abarcar todas as possibilidades existentes nos usos sociais da leitura e da escrita. A partir daí surge o termo letramento que conforme definição de Soares (1998, p.20) “[...] *é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e de escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais*”.

As condições sociais e culturais de emergências de uma perspectiva mais ampliada de leituras, escritas e oralidades na sociedade demonstram uma necessidade frequente de adequação de documentos que regem a educação no país. Em 2017 vimos a homologação da Base Nacional Comum Curricular ou BNCC. Esse documento já estava previsto desde a Constituição Federal de 1988 e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 que em seu inciso IV do artigo 9º afirma como competência relacionada à união

[...] estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996; ênfase adicionada apud BRASIL, 2017, p.11).

A BNCC apresenta habilidades a serem desenvolvidas de acordo com a série/etapa

da criança nas diversas áreas do conhecimento. A área de linguagens da base aborda sobre o processo de alfabetização e diz que deve-se iniciar esse trabalho na educação infantil e mantê-lo como foco nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental.

Assim,

a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (BRASIL, 2017, p. 59)

O documento recebeu diversas considerações positivas e negativas, delas destacamos Morais (2020) que aborda diretamente assuntos relacionados à alfabetização e letramento no texto. Um dos pontos abordados em seus escritos é a ausência do trabalho com consciência fonológica na educação infantil, considerado fator importantíssimo para o desempenho das crianças em fase de alfabetização. Além disso o autor afirma também que

[...] os quadros da BNCC preconizam um trabalho no ensino de Língua Portuguesa centrado nos aspectos linguísticos[...], não fazendo uma articulação entre alfabetização e letramento. A concepção de alfabetização que encontramos na Base Nacional Comum Curricular é a concepção da língua como código. Isso representa um sério retrocesso em relação a tantos avanços nas pesquisas relacionadas à concepção de linguagem. (GALVÃO; SILVA, 2019, p. 14 apud MORAIS, 2020, p. 7).

De acordo com a Teoria da Representação Social (TRS) podemos considerar que uma mudança teórica só impacta, de fato, a vida das pessoas quando ocorre a representação social, ou seja, quando esse conceito ou objeto é relacionado pelo sujeito a algum outro conceito ou objeto já conhecido. Somente a partir desta incorporação é que a novidade afeta diretamente a prática. Para Moscovici (1979,pág.27-44),

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Eles circulam, se cruzam e se cristalizam incessantemente em nosso universo cotidiano por meio de uma palavra, de um gesto, de um encontro. A maior parte das relações sociais íntimas, dos objetos produzidos ou consumidos, das comunicações trocadas estão impregnadas deles. Sabemos que correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra em sua elaboração e, por outro, à prática que a produz, assim como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica e mítica.(MOSCOVICI, S.1979, p. 27-44)

Ainda para Moscovici, apud WACHELKE, CAMARGO, (2007, p. 381),

Uma representação não é uma cópia fidedigna de algum objeto existente na realidade objetiva, mas uma construção coletiva em que as estruturas de conhecimento do grupo recriam o objeto com base em representações já existentes, substituindo-o (MOSCOVICI, 1961, apud WACHELKE, CAMARGO, 2007, p. 381).

Diante disso, a análise das narrativas práticas apresentadas pelas docentes demonstram elementos importantes para entender como a BNCC está sendo representada socialmente pelas docentes e se isto afetou ou não a prática de alfabetização.

### 3 Resultados e Discussão

Em relação ao perfil das professoras que participaram da coleta de dados temos 07 participantes do sexo feminino que serão apresentadas com pseudônimos de flores para preservação de suas identidades. A escolha do pseudônimo foi realizada trazendo a vitalidade como elemento, pois o vírus que tanto mata foi traduzido em esperança. O cultivo do jardim, no ensino remoto, foi evidenciado por muitas, para sobreviver aos tempos das botas que pisoteiam as flores. O tempo de atuação das professoras varia entre 05 e 19 anos e 85% das docentes possuem cursos de pós-graduação concluídos ou em andamento.

O primeiro aspecto observado nas respostas diz sobre a conceituação dos termos “alfabetização” e “letramento”. A definição é similar ao que é apresentado nos estudos teóricos e caracteriza o processo de alfabetização como o *“ensino do código que permite codificar e decodificar a nossa língua”* (Flor de Maio). Sobre o termo letramento foram levantadas conceituações que se relacionam de um modo mais geral *“ao uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais”* (Margarida). Nesse sentido, podemos afirmar que o processo de letramento contribui para *“o desenvolvimento da leitura e da escrita, dando sentido no processo de interpretação”*. (Girassol).

Essa conceituação e distinção entre os termos parece estar muito bem consolidada teoricamente pelas docentes, porém em suas narrativas práticas é perceptível uma relação bem estreita entre os dois processos. As principais estratégias descritas pelas docentes em suas propostas pedagógicas para alfabetização são *“jogos pedagógicos que trabalhem a correspondência entre o grafema e o fonema, diferentes tipos de textos reais (que fogem das cartilhas que não consideram a vivência dos alunos), partir de elementos que fazem parte do universo infantil e da realidade da turma”* (Hortênsia).

Para que esses objetivos sejam alcançados são utilizados *“alfabeto móvel, portadores textuais (convite, bilhete, lista, entre outros) livro literário, livro didático, links de música e vídeo etc.”* (Rosa)

As professoras também foram questionadas sobre seu conhecimento dos trechos da BNCC que falam de alfabetização. Sobre este assunto, 42,9% das docentes dizem conhecer o texto e 57,1% afirmam conhecer em partes. A análise desses dados é positiva ao indicar que nenhuma docente desconhece totalmente o documento, mas ao mesmo tempo indica a necessidade de formação continuada, pois mais da metade delas não tem segurança em relação ao domínio que possuem sobre o documento no que tange a alfabetização.

De acordo com a Teoria das Representações sociais, quanto maior for a exposição e o contato dos sujeitos com o objeto, mais ele se consolida como possibilidade de mudança. Assim, a interação das docentes com o texto da BNCC e suas implicações pode afetar

seguramente a prática no chão da sala de aula.

Em seguida, as docentes foram questionadas se acreditam que suas práticas de alfabetização foram alteradas após o contato com o texto da BNCC. Em relação a esta pergunta tivemos 57,1% das docentes afirmando que sua prática mudou em partes e 42,9% que a prática não foi alterada.

Relacionando o tempo de atuação em sala de aula das docentes com a alteração de suas práticas, temos que todas as docentes que afirmaram não ter alterado a prática possuem mais de 10 anos de atuação. Isso é importante para avaliarmos se a BNCC possibilitou uma formação continuada para as docentes, como essa formação foi ofertada no universo escolar e se ela foi capaz de alterar de modo significativo as práticas de alfabetização.

As docentes foram convidadas a detalhar o que alteraram ou não em suas práticas de alfabetização após o contato com o texto da BNCC. Em relação às permanências as docentes apontaram como principal justificativa que *“a meu ver, a minha prática pedagógica já estava condizente com a BNCC”* (Orquídea), ou seja, a BNCC não apresentou alterações em relação aos estudos de alfabetização obtidos em sua formação inicial, ou ainda é possível pensar que não ocorreu um contato significativo com o texto da base a ponto de perceberem as mudanças sugeridas para as práticas de alfabetização a partir do documento.

Em relação a possíveis mudanças na prática escolar após o contato com a BNCC a docente Flor de Maio afirma que *“continuo trabalhando de acordo com a minha concepção de alfabetização e a BNCC é uma organização do que já vinha sendo feito”* (Flor de Maio). Isso pode ter ocorrido pela estruturação do texto da BNCC, uma vez que o documento traz as habilidades separadas por área de conhecimento, série e identificadas por um código. Desse modo, poderia ser feita uma inclusão dessa identificação da habilidade no planejamento no sentido de uma organização. No entanto, precisamos considerar que uma maior sistematização não está relacionada de modo direto a um melhor aproveitamento do processo formativo.

Existe também uma inclusão do método “fônico ou fonovisuarticulatório” (Rosa) na narrativa das docentes após contato com a BNCC. Relacionamos essa alteração ao estudo de Morais (2020), no qual afirma que a concepção de alfabetização para o texto da BNCC se refere à língua como um código. Por fim, uma das docentes diz que *“após a implementação da BNCC, deixei de lado as frases sem contexto. Ex: O DADO É DE DIDO. E os textos de vários gêneros passaram ser explorados durante minha prática pedagógica ao que diz respeito à alfabetização”* (Tulipa). A análise dessa informação passa por considerar que a professora Tulipa é a docente que alterou em partes sua prática de alfabetização após a BNCC que possui maior tempo de atuação em sala de aula (15 anos). Isso permite pensar que a BNCC pode ter sido em alguns casos uma motivação para uma formação docente

continuada e de revisão dos conceitos e métodos de alfabetização adotados impactando a prática docente.

## 5 Considerações Finais

Os dados coletados no estudo possibilitam alguns pontos importantes de análise: o primeiro é que a conceituação de alfabetização e de letramento pelas docentes segue a direção dos aportes teóricos analisados, porém essas definições se misturam em suas narrativas práticas.

Sobre o conhecimento da BNCC, todas as docentes que participaram do estudo tiveram algum contato com o documento, porém nem todas descrevem mudanças em suas práticas pedagógicas de alfabetização após essa exposição ao texto. Dentre as principais mudanças percebidas nas narrativas temos a organização e sistematização maior do planejamento, a inserção do método fônico ou fonovisuarticulatório e um caso de adequação dos exemplos utilizados nas propostas à realidade na qual o estudante está inserido.

A coleta das narrativas de forma online inviabilizou uma comparação entre o que foi descrito pelas docentes com suas práticas em sala de aula e, por isso, algumas questões permanecem, após a realização deste trabalho: as orientações presentes na BNCC impactam e modificam a prática pedagógica na sala de aula ou não? Na transposição dos elementos presentes nas narrativas das professoras, é possível traduzir ou não essas alterações? Além disso, precisamos considerar também que um maior tempo de exposição, estudo e contato das professoras com o texto da Base pode favorecer a construção de uma representação social diferente e alterar suas práticas alfabetizadoras em um contexto posterior.

## Referências

BRANCO, A. B. de G. et al. Sistema nacional de educação: críticas no contexto da implantação da BNCC. **Debates em educação**. Maceió, v. 11. n. 25. p. 271-294, set./dez., 2019. Disponível em: <<http://200.17.114.107/index.php/debateseducacao/article/view/8035/0>>. Acesso em 03 Abr. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação infantil e ensino fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>>. Acesso em 03 Abr. 2021.

DURAN, M. C. G. Representações sociais: uma instigante leitura com Moscovici, Jodelet, Marková e Jovchelovitch. **Educação & Linguagem**. v. 15. n. 25. p. 228-243. Jan./jun., 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MORAIS, A. G. de. Alfabetização e letramento na BNCC: problemas conceituais, lacunas e inadequações no que é prescrito para os dois anos iniciais do ensino fundamental. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, p. 01-16, dez. 2020. Disponível em: <<https://seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9955>>. Acesso em 16 Fev. 2021.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. São Paulo: Vozes, 2012.

SOARES, M. B. As muitas facetas da alfabetização. **Cad. Pesq.** 52. p. 19-24. São Paulo. Fev. 1985.

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

WACHELKE, J. F. R., CAMARGO, B; V. Representações sociais, representações individuais e comportamento. **Revista Interamericana de Psicologia**. v. 41. n. 3. p. 379-390, 2007.